



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
| Fl. nº                           | Rub. |

**Processo nº** 07/2026  
**Origem/Interessado** Câmara Municipal de Primavera do Leste  
**Assunto** Inexigibilidade Sistema de Banco de Preços  
**Parecer nº** 157/2026/PJCM  
**Local e Data** Primavera do Leste/MT, 05 de maio de 2026.  
**Procuradoria Jurídica** Jefferson Lopes da Silva



5078/2026  
5 de maio de 2026 12:49:05

## DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, I DA LEI 14.133/21. BANCO DE PESQUISA DE PREÇOS. ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE NACIONAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

### I. RELATÓRIO

Cuida-se de processo encaminhado a esta Procuradoria pela Agente de Contratação por meio da Comunicação Interna nº 08/2026/AC (fl. 189), acerca da contratação direta por **inexigibilidade de licitação nº 07/2026** da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., tendo por objeto, assinatura anual de um sistema que dentre outros serviços oferece uma plataforma de pesquisa de preços para compras públicas, conforme DFD e ETP. O valor da contratação é de **R\$ 4.638,88** (quatro mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), para uma licença com direito a dois acessos simultâneos, o qual será utilizado pelo setor de licitações desta Casa de Leis.

Os autos constam instruídos, no que importa a esta análise, com os seguintes documentos:

- Formalização da Demanda (fls. 01);
- Comunicação Interna 035/2026/DG (fl. 03);
- Contrato atual (fl. 07/18);
- Estudo Técnico Preliminar nº 009/2026 (fls. 20/24);
- Termo de referência 06/2026 (fls. 26/36);
- Mapa de riscos (fls. 38/47);
- Proposta Comercial (fls. 45/52);
- Preço praticado pela empresa e Notas Fiscais (fls. 54/58);
- Documentos de Habilitação Técnica/Profissional – Atestados de capacidade técnica e de exclusividade (fls. 62/79);
- Documentos de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista – Cartão CNPJ folha 81; Comprovante de Inscrição Estadual — folha 82; Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
| Fl. nº                           | Rub. |

- e à Dívida Ativa da União/PGFN — folha 83; Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais — folha 84; Certidão Negativa Municipal — folha 85; Certidão de Regularidade do FGTS — folha 86; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — folha 87; Alvará de Localização — folha 88; Certidão de Registro de Regularidade de Pessoa Jurídica perante a Junta Comercial do Estado do Paraná — folha 89; Contrato Social da empresa — folhas 90/98; Documento pessoal do sócio-administrador — folha 99; Declaração do SICAF — folha 100 ; Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Paraná — folha 101;
- Documentos de Habilitação Econômico-financeira – Demonstração de Resultados, Balanço Patrimonial, ano 2024 – folha 105/117; Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial - folha 118, Certidão negativa de irregularidades junto ao TCU – folha 119;
  - Declarações de inexistência de impedimentos (fls. 121/126);
  - Memorando e Dotação Orçamentária (fls. 129/130);
  - Portaria nº 204/2025 (fls. 132/133);
  - Termo de inexigibilidade nº 05/2026 (fls. 134/136);
  - Minuta Termo de Contrato-Inexigibilidade nº 05/2026 (fls. 137/145);
  - Comunicação Interna 15/2026/AC, remetendo os autos para emissão de parecer jurídico (fl. 189);
  - Termo de Autuação (**NÃO CONSTA**);

Entretanto, necessário se faz **ATUALIZAR** as seguintes certidões/documentos: TCU; SICAF; CND FEDERAL; CND ESTADUAL; CND MUNICIPAL; CND FGTS;

É o relatório. Passo a fundamentar.

## II. DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, com o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, oportuno registrar o teor Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
| Fl. nº                           | Rub. |

*Enunciado BPC nº 7 A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

De fato, **presume-se** que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Oportuno esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, tampouco de atos já praticados. Incumbe a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de atuação.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

### III. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA E DAS NORMAS DE GOVERNANÇA

No caso, destaca-se a necessidade de juntar a autorização do gestor para a contratação direta, em cumprimento ao artigo 72, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

O artigo 72 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

Rubrica



## CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
| Fl. nº                           | Rub. |

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Desse modo, a princípio verifica-se que o processo foi instruído com os documentos necessários, **faltando apenas a autorização da autoridade competente.**

### IV. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS EXCLUSIVOS (ART. 74, I da lei 14.133/21)

Trata-se de hipótese de **inexigibilidade** prevista no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021 **para aquisição** de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que **só possam ser fornecidos** por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Observa-se que a hipótese de inexigibilidade de licitação se aplica à aquisição de bens e à prestação de serviços. Não se aplica, portanto, as obras. De todo modo, demonstrada a inviabilidade de competição, a contratação por inexigibilidade pode ser aplicável a qualquer objeto, com fundamento no caput do art. 74.

A **competição será inviável** porque só há um fornecedor, empresa ou representante comercial para esse objeto no país (exclusividade absoluta) ou, a depender das circunstâncias do caso concreto, na praça de comércio de atuação do representante (exclusividade relativa ou geográfica). (Gasparini, 1995, p. 318 e 323, apud relatório do Acórdão 10935/2011-TCU-Segunda Câmara, parágrafo 4.8.).

Nesse sentido:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de ex-





## CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
|----------------------------------|------|
| Fl. nº                           | Rub. |

clusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Portanto, para sua configuração, exige-se a presença de elementos essenciais, quais sejam: (i) **inviabilidade de competição**, devidamente demonstrada; (ii) **singularidade do objeto**, quando aplicável; e (iii) **notória especialização do contratado**, especialmente em serviços técnicos especializados. Tais requisitos devem ser comprovados mediante **justificativa técnica consistente**, acompanhada de adequada análise de mercado.

Nesse sentido, foi apresentada pelo setor responsável através dos atestados de capacidade técnica às fls. 62/64 e **ATESTADOS DE EXCLUSIVIDADE** acostados às fls. 65/79.

Cabe ressaltar que, conforme o entendimento do TCU, a inviabilidade de competição pode ser demonstrada por qualquer documento, **desde que idôneo e capaz de comprovar a exclusividade**. Assim, **é importante que a Administração verifique cuidadosamente a veracidade da documentação apresentada** e, se necessário, realize diligências e instrua o processo com outros documentos adicionais que corroborem a informação, em atenção a **Súmula 255 do TCU**.

“Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, **é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade**”.

Desse modo, **RECOMENDA-SE** que a equipe técnica verifique a veracidade das documentações acostadas às **fls. 65/79**.

### V. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO NAS CONTRATAÇÕES POR INEXIGIBILIDADE

Nas contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação, a **justificativa de preço** constitui requisito indispensável à validade do ajuste, visando assegurar a observância do princípio da economicidade e a vedação de contratações por valores incompatíveis com o mercado.

A respeito do tema:

#### **Orientação Normativa - AGU 17/2011**

A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresenta-

Rebeca



## CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
|----------------------------------|------|
| Fl. nº                           | Rub. |

da com os preços praticados pela futuro contratado junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União, consolidou o seguinte entendimento:

### **Acórdão 2993/2018 TCU-Plenário**

A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar.

Dessa forma, verifica-se que a Administração não está dispensada de comprovar a compatibilidade do preço com o mercado, mesmo diante da inviabilidade de competição, devendo demonstrar que o valor contratado se mostra **razoável e alinhado às práticas usuais**.

No caso em análise, conforme se extrai dos documentos acostados aos autos, especialmente às fls. 45/58, observa-se que o preço proposto encontra-se **condizente com os valores praticados em contratações similares realizadas por outros órgãos**, atendendo, portanto, aos parâmetros fixados pela orientação normativa da AGU e pela jurisprudência do TCU.

## **VI. DA NECESSIDADE DE REAVALIAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Em atenção a cláusula **14.2** da minuta de contrato juntado às **fls. 145**, necessário se faz apresentar as seguintes considerações:

No que se refere à prorrogação contratual, o Tribunal de Contas da União, por meio do **Acórdão nº 555/2016** – Plenário, firmou entendimento de que **não é admissível a prorrogação automática** de contratos firmados por inexigibilidade, **sem a prévia reavaliação da manutenção da inviabilidade de competição**.

Segundo o julgado, a Administração deve, antes de prorrogar o contrato: (i) **definir objetivamente os requisitos essenciais e indispensáveis da contratação**; e (ii) realizar **pesquisa de mercado idônea**, a fim de verificar a existência de outros fornecedores aptos. A ausência desse procedimento compromete a legalidade da contratação direta.

Assim, a prorrogação somente se justifica quando demonstrado, de forma **atual, inequívoca e fundamentada**, que permanece inviável a competição. Caso contrário, impõe-se a realização de procedimento licitatório, em observância aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Ribeira





A título de orientação, deixo aqui trecho retirado do Manual de Licitações e Contratos, fornecido pelo Tribunal de Contas da União:

*“Os riscos de não ser observado esses critérios: Deficiência no levantamento de mercado ou exigência de requisitos de contratação supérfluos, levando à conclusão equivocada acerca da inviabilidade de competição e à decisão pela contratação direta, com consequente ilegalidade por afastamento indevido da licitação e contratação mais dispendiosa aos cofres públicos, ou interrupção do processo de contratação (p. ex., por mandado de segurança ou determinação dos órgãos de controle). (5ª edição do Manual de Licitações & Contratos: orientações e jurisprudência do TCU – Pág. 680)”.*

## **VII. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO**

De início, alertamos que, mesmo nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, a comprovação da habilitação do contratado deve ser exigida com relação aos aspectos essenciais à regularidade da contratação (art. 72, V, c/c art. 91, § 4º, art. 92, XVI, e art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

Verifica-se que foram juntados os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da futura contratada, bem como a inexistência de óbices para a sua contratação.

## **VIII. INSTRUMENTO DE CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL**

Os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de contrato são aqueles previstos no art. 92, da Lei nº 14.133, de 2021, com as devidas adaptações às especificidades de cada contratação.

A minuta de contrato está presente às **fls. 137/145**, na qual preenche os requisitos do art. 92.

## **IX. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

No presente caso, em atenção ao artigo 72, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, consta às **fls. 129/130** documento do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

**Nesse sentido, alerta-se, ainda, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo, a nota de empenho suficiente para o suporte**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PRIMAVERA DO LESTE**

| Câmara Municipal de Pva do Leste |      |
|----------------------------------|------|
| Fl. nº                           | Rub. |

financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.

## **X. DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

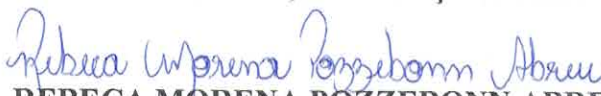
A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, conforme determina o art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **XI. CONCLUSÃO**

Em face do exposto, manifesta-se esta Procuradoria no sentido da **REGULARIDADE JURÍDICA** da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, *caput*, ou inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica deste órgão de consultoria.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 06 de março de 2026.

  
**REBECA MORENA POZZEBONN ABREU**  
Procuradora Jurídica da Câmara Municipal